

**FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA**

**História do Direito Português – Turma A**

**Grelha de Correção**

**da**

**Prova escrita de avaliação Final**

**23 de junho de 2025**

---

**Grupo I**

Responda, **justificadamente**, a **duas** das seguintes questões:

1- O que entende por Direito Judicial?

*Explicação do motivo pelo qual as figuras do direito judicial são tratadas conjuntamente. Identificação das figuras do direito judicial e sua definição e caracterização: estilo, façanhas e alvidros.*

2- Quais as diferenças entre a Perda de Paz absoluta e a Perda de Paz relativa?

*Deve-se caracterizar o sistema penal medieval, sobretudo enquanto sistema de autotutela. Identificar as raízes foraleiras do sistema penal medieval. Explicar os institutos da perda de paz relativa e perda de paz absoluta.*

3- O que entende pela “questão do Novo Código”?

*Devem ser desenvolvidos, em correlação, os seguintes aspetos: Contexto histórico-filosófico do projeto de reforma das Ordenações no reinado de D. Maria I; formação das Juntas e nomeação de Mello Freire; projetos de Mello Freire e sua apreciação sucinta; censura e debate entre Mello Freire e Ribeiro dos Santos: divergências e convergência; falhanço da reforma e aproveitamento dos projetos de Mello Freire pelos juristas/codificadores portugueses no século XIX.*

4- Codificação comercial.

*Deve-se caracterizar o estado do ordenamento jurídico português pré-codificação, contextualizar o surgimento do movimento geral da codificação na Europa e em Portugal. Deve-se também justificar o facto de ter sido o direito comercial o primeiro a*

*ser codificado, bem como localizar no tempo e caracterizar o Código de Ferreira Borges e o Código de Veiga Beirão.*

## **Grupo II**

Responda, **fundamentadamente**, a **duas** das seguintes questões:

1- O Direito Canónico e o Direito Romano constituíram a base do Direito Comum Europeu entre o século XII e XV?

*Deve-se apresentar o conceito de Direito Comum (Ius Commune) e as suas aceções conhecidas ao longo do período em questão, bem como identificar a sua relevância no período da baixa Idade Média da História do Direito Português. Assinalar a relevância da pluralidade de Fontes de Direito no período em questão. Deve-se também destacar, particularmente, a relação do Direito Romano com o Direito Canónico. Breve referência à Cúria de Coimbra de 1211. Caracterizar o processo de renascimento do Direito Romano justinianeu. Referência ao aparecimento dos direitos próprios dos reinos: o direito régio em particular.*

2- Quais os métodos adotados pelos Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772 para os cursos de Leis e Cânones?

*Deve-se contextualizar o texto no âmbito da reforma pombalina dos Estatutos da Universidade de 1772 e, de igual modo, caracterizar os Estatutos Pombalinos face aos anteriores.*

*Deve-se também enumerar as novas cadeiras introduzidas no ensino universitário e descrever o método adotado para o ensino do direito (método sintético-demonstrativo-compendiário).*

3- Como explica a herança dos princípios constitucionais do século XIX pelo movimento codificador do mesmo período?

*Deve abordar-se os antecedentes da codificação, nomeadamente o contexto histórico-filosófico do projeto de reforma das Ordenações no reinado de D. Maria I; a teoria do direito; o enquadramento geral do movimento de codificação e os seus antecedentes; o conceito de Código e a ideia de Sistema; a influência da Revolução Francesa e do Código Civil Francês; o impulso da Revolução Liberal portuguesa de 1820; a importância da*

*Legalidade e da Publicidade no Direito oitocentista e sua articulação com os princípios plasmados nas constituições oitocentistas; a relevância da positivação como garantia de Segurança; a afirmação do monismo material; as dificuldades do processo codificador português; e a identificação dos principais Códigos do século XIX.*

4- Qual a relação entre a legislação da 2.<sup>a</sup> República (Estado Novo) e a Questão Social?

*Devem ser desenvolvidos, em correlação, os seguintes aspetos:*

*Deve ser realizada uma contextualização histórica e identificação da Questão Social durante o século XIX, em especial no contexto do tardio processo de industrialização português; as diferentes respostas à Questão Social e sua repercussão em Portugal (referência sucinta); a legislação especial como resposta à Questão Social; Estado Novo em Portugal e tentativa de aliciar os trabalhadores; a transformação político-jurídica e em especial a intervenção na matéria laboral, nomeadamente com o Estatuto do Trabalho Nacional, proibição da greve; Sindicatos corporativos e a Lei do Contrato de Trabalho de 1937.*

### **Grupo III**

Comente **um** dos seguintes textos:

1- “Também a invocação em juízo da autoridade dos juristas e escolas medievais veio a ser proibida em 1769. O sentido anti-prudencial da Lei da boa razão é evidente, tanto quanto a valorização do pretório, isto é, do poder judicial.” (António Pedro Barbas Homem, *A Lei da Liberdade*, Cascais, Principia, 2001, p. 249).

*Deve-se contextualizar jurídica e politicamente o surgimento da Lei da Boa Razão, identificar as correntes do pensamento jurídico que a influenciaram, bem como enumerar as alterações que introduziu no sistema de fontes do direito até aí vigentes.*

*Deve-se ainda identificar o conceito de boa razão consagrado nesta lei e identificar os princípios nela referidos. Finalmente, deve ser explicada a conclusão do Autor.*

2- “Os códigos aparecem agora, é certo, como instrumentos de renovação da sociedade, mas esta renovação consiste na instauração de uma ordem global, sistemática, duradoura, correspondente a um saber certo e evidente acerca da natureza do homem. Os códigos modernos, que começaram a ser postos em vigor por toda a Europa nos fins do século

XVIII, são manifestações disto.” (António Manuel Hespanha, *Cultura Jurídica Europeia. Síntese de um milénio*, Coimbra, Almedina, 2018, p. 337).

*Deve ser realizado um enquadramento geral ao movimento da codificação e seus antecedentes. O conceito oitocentista de lei como manifestação da soberania popular exercida pelo poder legislativo por contraposição à noção de lei enquanto resultado da ação governativa no Antigo Regime. A lei e a sua conjugação com os princípios da tipicidade e da igualdade. Noção de lei fundamental e a sua necessária positivação. O movimento codificador como manifestação primado da lei. O princípio da legalidade: sua importância e aplicação no direito português. A influência da Revolução Francesa e o Código Civil Francês. O impulso da Revolução Liberal de 1820. A afirmação do monismo material e suas dificuldades de concretização em Portugal. Enunciação e caracterização de alguns Códigos de Direito Público e Privado oitocentista (v.g. Código Comercial, Civil, Penal e Administrativo).*